

ATA DE REUNIÃO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

PROAD 8558/2023

Data e horário: 24 de fev. de 2025 11:00 BRT

Local: Telepresencial



ATA DE REUNIÃO

NOME DO COLEGIADO TEMÁTICO

PARTICIPANTES			
Proad 7482/2023			
NOME DO INTEGRANTE OU CONVIDADO	DESIGNAÇÃO	PRESENÇA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Ana Luiza Heineck Kruse	Desembargadora do Trabalho (Presidente da Comissão)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cláudio Antônio Cassou Barbosa	Desembargador do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Carmen Izabel Centena Gonzalez	Desembargadora do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rejane Souza Pedra	Desembargadora do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Luciana Böhm Stahnke	Juíza do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Walter Oliveira	Servidor (indicado pelo Sintrajufe)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Eduardo Duarte Elyseu	Juiz do Trabalho (convidado)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rejane Carvalho Donis	Diretora-Geral (convidada)	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Eder Giovane Scherer Oliveira	Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças (convidado)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Luis Fernando Lourenço	Divisão de Informações e Obrigações Fiscais (convidado)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Jeferson de Fraga Rodrigues	Coordenador de Planejamento Orçamentário Substituto (convidado)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Unidade de apoio executivo: Secretaria de Orçamento e Finanças



ATA DE REUNIÃO

NOME DO COLEGIADO TEMÁTICO

Secretário: André Magnus Martins, Assessoria Orçamentária, Financeira e Contábil.

PAUTA: APRESENTAÇÃO DO PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DA SECOF

Assunto 1: Apresentação do Plano de Contribuição da Secretaria de Orçamento e Finanças.

DELIBERAÇÕES E RESULTADOS

A reunião foi conduzida por Eder Giovane Scherer Oliveira, Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças, e registradas as deliberações, a seguir enumeradas. Acerca do **Assunto 1**, Eder explicou que, a Resolução CSJT nº 387/2024 aprovou o modelo de gestão estratégica da Justiça do Trabalho e previu a elaboração de planos de contribuição como um dos meios de desdobrar a estratégia. Assim, a Secof elaborou o seu presente plano de contribuição, com foco no objetivo estratégico de "Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira". Apresentou, então, a Missão, a Visão e os Valores da área, além de indicadores, metas e iniciativas para o período 2024-2026. O primeiro indicador explicado foi o ICLC200 - Índice de cumprimento da Lei Complementar nº 200/2023, cuja finalidade é acompanhar mensalmente e cumprir o limite de pagamentos determinado pela LC200/2023, estabelecendo uma cultura de programação de gastos pelas unidades que compõem a Justiça do Trabalho dentro do exercício financeiro. Foi explicado que este índice substitui àquele da EC nº 95/2016 e demonstrada a fórmula de cálculo, ressaltando que a meta para o triênio 2024-2026 é ficar o mais próximo possível de 100% mas sem ultrapassá-lo. Ressaltou, inclusive, que o percentual do ano passado foi de 95,25%. Também lembrou que o orçamento do Tribunal é reajustado pela inflação e que eventuais gastos como aumento de pessoal impactam no limite de pagamentos. Por fim, relatou que permanece o esforço no sentido de que sejam evitados os restos a pagar. O segundo indicador demonstrado foi o IAPEX - Índice de aderência do planejamento da execução



ATA DE REUNIÃO

NOME DO COLEGIADO TEMÁTICO

orçamentária, o qual objetiva acompanhar a aderência do planejamento orçamentário feito no início do ano, discriminado por GND 3 (custeio) e GND 4 (investimentos), exceto obras, comparado com a liquidação da despesa. Foi relatado, ainda, que as metas deste indicador são mais difíceis de serem alcançadas, especialmente no que se refere a investimentos. Também foram descritas as fórmulas e as metas. O terceiro indicador explicado foi o IAPEP - Índice de aderência do planejamento da execução orçamentária de projetos, que acompanha, quadrimestralmente, a aderência do planejamento orçamentário de projetos (obras) feito no início do ano, comparado com o orçamento do período de coleta, de forma a aferir se o nível de gastos planejados inicialmente para os projetos se mantém compatível com a execução. Ao mostrar a fórmula e as metas, Eder disse que, como as obras são plurianuais e sujeitas a atrasos, as metas deste indicador são mais difíceis de serem atingidas. Dra. Ana Luisa perguntou se eventuais atrasos nas obras por culpa das empresas contratadas afetam de maneira negativa as metas deste indicador. Eder respondeu que sim. Também foi relatado que, em 2024, a execução orçamentária das obras foi boa, entretanto, em função da característica deste objeto, quase todo o valor liquidado tratava-se de restos a pagar. Posteriormente, Eder mostrou as iniciativas elaboradas pela Secof no Plano de Contribuição e iniciou falando de gestão de custos e suas metas, ressaltando que este assunto, embora já constasse no extinto Plano Intraorganizacional do TRT4, é relativamente novo na Administração Pública. Em seguida, discorreu sobre as demais iniciativas como "Atender a compatibilidade com o regime fiscal sustentável estabelecido pela LC 200/2023" e "Criar mecanismos para priorizar o pagamento de despesas do exercício, em detrimento da criação de despesas a serem inscritas em restos a pagar." Por fim, Eder tratou de outros assuntos como a LOA e a Execução de Restos a Pagar. Sobre a Lei Orçamentária Anual, informou que a lei deve ser publicada até o final de abril e acrescentou que essa é a norma que estabelece as despesas e receitas do ano. Em relação a restos a pagar, comentou sobre a aquisição do terreno de Passo Fundo. Dra. Ana Luiza perguntou se a compra foi realizada com o orçamento do



ATA DE REUNIÃO

NOME DO COLEGIADO TEMÁTICO

Tribunal. Eder respondeu que não, foi utilizado o orçamento do CSJT e informou que, como o crédito foi disponibilizado no final do ano passado, acabou resultando em restos a pagar. Dra. Ana Luiza questionou se essa aquisição poderá, futuramente, ser retirada do limite de pagamento próprio do Tribunal e Eder respondeu que sim, informando que, inclusive, já há tratativas para isso junto ao CSJT. Eder encerrou reforçando que, embora haja um esforço contínuo visando a melhor execução orçamentária possível, às vezes há fatos imprevisíveis como a enchente de 2024 ou outras situações como problemas nas licitações que impactam a liquidação das despesas. Ao final, Dra. Ana Luiza questionou se alguém tinha algum questionamento ou dúvida e, não havendo manifestação, a reunião foi encerrada às 11 horas e 55 minutos.

ENCAMINHAMENTOS E PENDÊNCIAS			
TAREFA	RESPONSÁVEL	PRAZO	OBSERVAÇÕES

Ata validada por e-mail pelos(as) participantes.